

Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12
1 Contexto operacional.....	12
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	12
3 Gerenciamento de riscos.....	20
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	21
5 Contas a receber de clientes.....	21
6 Imobilizado.....	21
7 Fornecedores.....	22
8 Patrimônio líquido.....	22
9 Receita líquida de vendas.....	24
10 Custos operacionais.....	24
11 Despesas gerais ou administrativas.....	24
12 Resultado financeiro.....	24
13 Partes relacionadas.....	25
14 Instrumentos financeiros.....	26
15 Imposto de renda e contribuição social corrente.....	26
16 Contingências.....	27



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A. São Tomé (RN)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'P. Barroso'.

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Balancos patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	4
Contas a receber de clientes	5	8.438	—
Outros créditos		656	—
Total do Ativo Circulante		9.096	4
Outros créditos		622	—
Realizável a longo prazo		622	—
Imobilizado	6	422.988	195.134
		422.988	195.134
Total do Ativo Não Circulante		423.610	195.134
Total do Ativo		432.706	195.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A.
Balancos Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	7	474	3.774
Dividendos a pagar	8	1.451	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	13	503	685
Obrigações fiscais		298	40
Imposto de renda e contribuição social	15	149	—
Obrigações trabalhistas		78	60
Outras contas a pagar		774	36
Obrigações com arrendamentos		—	53
Total do Passivo Circulante		3.727	4.648
Obrigações com arrendamentos		—	17
Outras contas a pagar		657	36
Total do Passivo Não circulante		657	53
Passivo Total		4.384	4.701
Patrimônio líquido	8		
Capital social		408.011	112.727
Reserva legal		306	—
Reserva de lucros a distribuir		4.354	—
Reservas de capital		9.317	79.790
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.334	—
Prejuízos acumulados		—	(2.080)
Total do Patrimônio Líquido		428.322	190.437
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		432.706	195.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	9	11.761	—
Custos operacionais	10	(1.481)	—
Lucro bruto		10.280	—
Despesas gerais ou administrativas	11	(1.853)	(1.193)
Outras despesas operacionais		(118)	(30)
Despesas operacionais		(1.971)	(1.223)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		8.309	(1.223)
Receitas financeiras	12	57	—
Despesas financeiras	12	(21)	(11)
Resultado financeiro		36	(11)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		8.345	(1.234)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(154)	—
Lucro (Prejuízo) do exercício		8.191	(1.234)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>8.191</u>	<u>(1.234)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	—	—
Resultado abrangente total	<u>8.191</u>	<u>(1.234)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		47.119	—	—	—	—	—	(846)	46.273
Capital subscrito	8	65.608	(65.608)	—	—	—	—	—	—
Capital integralizado	8	—	65.608	—	—	—	—	—	65.608
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	—	—	(1.234)	(1.234)
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	8	—	—	—	—	—	79.790	—	79.790
Saldos em 31 de dezembro de 2024		112.727	—	—	—	—	79.790	(2.080)	190.437
Capital subscrito	8	295.284	(295.284)	—	—	—	—	—	—
Capital integralizado	8	—	295.284	—	—	—	—	—	295.284
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	—	8.191	8.191
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	8	—	—	—	—	—	144.378	—	144.378
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	8	—	—	—	—	—	(214.851)	—	(214.851)
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	—	—	—	—	6.334	—	—	6.334
Destinação do Lucro									
Reserva legal	8	—	—	306	—	—	—	(306)	—
Dividendos obrigatórios	8	—	—	—	—	—	—	(1.451)	(1.451)
Reserva de lucros a distribuir	8	—	—	—	4.354	—	—	(4.354)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		408.011	—	306	4.354	6.334	9.317	—	428.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do exercício		8.191	(1.234)
Ajustes para:			
Depreciação	6	12	—
Imposto de renda e contribuição social	15	154	—
Outros		45	—
		8.402	(1.234)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(8.438)	—
Outros créditos		(1.322)	535
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(182)	1.158
Fornecedores		(3.774)	472
Obrigações trabalhistas		18	46
Obrigações fiscais		255	14
Outras contas a pagar		1.360	—
Caixa consumido (gerado) pelas atividades operacionais		(3.681)	991
Impostos pagos sobre o lucro	15	(3)	—
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(3.684)	991
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	6	(227.410)	(146.390)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(227.410)	(146.390)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	8	295.284	65.608
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	6.334	—
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	8	144.378	79.790
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	8	(214.851)	—
Arrendamentos pagos		(53)	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		231.092	145.398
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(2)	(1)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	4	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	2	4
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(2)	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Isabel Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), foi constituída em 18 de março de 2021, e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de São Rafael 06 e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 58,5MW de capacidade instalada e está localizado em Lajes Pintadas e São Tomé (RN). Em 25 de maio de 2025, a Companhia obteve a autorização para operação em fase de comissionamento os primeiros aerogeradores e, a partir do dia 23 de dezembro de 2025, obteve autorização para funcionamento dos 13 aerogeradores em operação comercial plena.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possuía premissas e estimativas que representassem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como não efetuava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, obrigações com arrendamentos, partes relacionadas – outras contas a pagar, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2025, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma.

Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 13,48% ao ano em 31 de dezembro de 2025.

Anualmente a Administração da Companhia reavalia a taxa de desconto a ser aplicada no reconhecimento de novos contratos.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data do reconhecimento do contrato até o início da fase operacional, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso na rubrica de "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "obrigações com arrendamentos" no balanço patrimonial.

2.11 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos pré-operacionais e operacionais

Os riscos pré-operacionais e operacionais estão relacionados a, respectivamente, atrasos e outros fatores que podem prejudicar o processo de construção do parque eólico, e a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis (“FIC Consolidador”).

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. A Administração da Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	2	4
Total	2	4

5 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2025
Venda de energia - terceiros	7.306
Venda de energia - partes relacionadas (nota 13)	1.132
Total	8.438

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025.

6 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Torres anemométricas	10%	128	(12)	116	—
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	368.923	—	368.923	—
Edificações	3,33% a 4%	53.949	—	53.949	—
Ativo de direito de uso de bens arrendados	2,94% a 8,33%	63	(63)	—	59
Imobilizados em andamento	— %	—	—	—	195.075
Total		423.063	(75)	422.988	195.134

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2024	Adições	Transferências (a)	Adição Depreciação	31/12/2025
Torres anemométricas	—	128	—	(12)	116
Máquinas e equipamentos	—	—	368.923	—	368.923
Edificações	—	—	53.949	—	53.949
Ativo de direito de uso de bens arrendados	59	(17)	—	(42)	—
Imobilizados em andamento	195.075	227.797	(422.872)	—	—
Total	195.134	227.908	—	(54)	422.988

(a) A Companhia iniciou suas operações comerciais de forma plena em 23 de dezembro de 2025 e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias do Grupo Casa dos Ventos.

Descrição	31/12/2023	Adições	Adição Depreciação	31/12/2024
Ativo de direito de uso de bens arrendados	—	80	(21)	59
Imobilizado em andamento	45.784	149.291	—	195.075
Total	45.784	149.371	(21)	195.134

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía valor em adições no montante de R\$498 (R\$2.981 em 31 de dezembro de 2024) que não tiveram efeito caixa no exercício, referentes a contratos de direito de uso de bens arrendados, capitalização de operações de seguros e provisão de medições de obras não faturadas.

7 Fornecedores

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de bens e serviços	474	3.774
Total	474	3.774

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o registro de provisão para fornecedores de obras não faturadas no montante de R\$474 (R\$2.706 em 31 de dezembro de 2024).

8 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado é de R\$408.011 em 31 de dezembro de 2025 (R\$112.727 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 408.011.389 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionista	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
TGR Subholding I S.A.	100,00%	408.011	408.011.389	100,00%	112.727	112.727.389
Total	100,00%	408.011	408.011.389	100,00%	112.727	112.727.389

Aumento de capital

Durante os exercícios de 2024 e 2025, deliberou-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") sobre o aumento de capital da Companhia, conforme tabela abaixo:

Data da AGE	Capital subscrito	Capital integralizado	Emissão de ações ON
30/04/2024	49.196	49.196	49.196.000
13/09/2024	16.412	16.412	16.412.000
Total - 2024	65.608	65.608	65.608.000
31/07/2025	232.485	232.485	232.485.000
28/11/2025	62.799	62.799	62.799.000
Total - 2025	295.284	295.284	295.284.000

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$1.451.

Descrição	31/12/2025
Lucro do exercício	8.191
(-) Prejuízos acumulados	(2.080)
(-) Reserva legal (5%)	(306)
Base de cálculo – dividendos mínimos obrigatórios	5.805
Dividendos obrigatórios	1.451

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$306.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$4.354, após a absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$2.080.

Reservas de capital

Durante o exercícios de 2024 e 2025, conforme AGE, houve a emissão de ações preferenciais resgatáveis (“APRs”) pela Companhia à Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., controladora indireta da Companhia, ao valor unitário de R\$ 4,00 (quatro reais), conforme composição abaixo:

Acionista	Ato societário	Data	Ações (Qtd.)	Valor (R\$)
		16/09/2024	145.750	583
Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A.	AGE	31/10/2024	9.723.500	38.894
		29/11/2024	4.350.500	17.402
		31/12/2024	5.727.750	22.911
Total - 2024			19.947.500	79.790
		31/01/2025	5.434.000	21.736
		28/02/2025	5.125.250	20.501
Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A.	AGE	30/04/2025	10.636.500	42.546
		30/05/2025	7.149.250	28.597
		30/06/2025	5.420.250	21.681
		31/07/2025	2.329.250	9.317
Total - 2025			36.094.500	144.378
Total acumulado			56.042.000	224.168

Tais recursos foram destinados para a conta de Reservas de Capital, nos termos da legislação vigente. As APRs não possuíam direito a voto, tampouco direito a dividendos fixos ou mínimos (salvo os dividendos obrigatórios previstos em lei) ou prioridade no recebimento de dividendos, e apresentaram como vantagens preferenciais: (a) direito ao recebimento de dividendos em montante equivalente a 4 (quatro) vezes o valor pago a cada ação ordinária da Companhia e (b) prioridade no resgate ante a distribuição de dividendos excedentes aos obrigatórios, inclusive dividendos intermediários.

No dia 17 de julho de 2025, a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. realizou o resgate parcial das APRs no montante de R\$214.851, equivalente a 53.712.750 ações, com efeito caixa no exercício corrente.

9 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2025
Venda de energia elétrica	11.929
PIS e Cofins sobre vendas	(168)
Total	11.761

10 Custos operacionais

Descrição	31/12/2025
Custos com pessoal	(1)
Energia comprada	(3)
Depreciação	(1)
Gastos operacionais – geração energia	(361)
Gastos com propriedades	(315)
Gastos com manutenção	(747)
Outros custos	(53)
Total	(1.481)

11 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Compartilhamento de despesa (nota 13)	(1.145)	(1.134)
Depreciação	(11)	–
Despesas operacionais - geração de energia	(554)	–
Outras despesas gerais ou administrativas	(143)	(59)
Total	(1.853)	(1.193)

12 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	12	–
Descontos obtidos	2	–
Ganho na baixa de arrendamento	29	–
Outras receitas financeiras	14	–
Total	57	–
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(3)	(5)
IOF	(2)	–
Outras despesas financeiras	(16)	(6)
Total	(21)	(11)
Resultado financeiro	36	(11)

13 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	1.132	—
Contas a receber de clientes	1.132	—
Venda de energia (nota 5)/(c)	1.132	—
Passivo	1.954	685
Partes relacionadas - outras contas a pagar	503	685
Transações de condomínio (b)	195	317
Compartilhamento de despesas (a)	308	368
Dividendos a pagar	1.451	—
Dividendos a pagar para partes relacionadas	1.451	—
Resultado	(117)	(1.179)
Receita líquida de vendas	1.090	—
Venda de energia (c)	1.090	—
Custos operacionais	(10)	—
Custos com manutenção (a)	(10)	—
Despesas gerais ou administrativas	(1.197)	(1.179)
Despesas com manutenção (a)	(52)	(45)
Compartilhamento de despesas (a)	(1.145)	(1.134)

(a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía um contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possuía a finalidade de prestação de serviços administrativos e manutenção de torres.

(b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias patrimoniais até a sua liquidação.

(c) A Companhia possuía operações de venda de energia com a TGR Subholding I S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

A Companhia não efetua diretamente pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pelo acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

14 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	4	4
Contas a receber de clientes	8.438	8.438	–	–
Fornecedores	(474)	(474)	(3.774)	(3.774)
Obrigações com arrendamentos	–	–	(70)	(70)
Partes relacionadas - outras contas a pagar	(503)	(503)	(685)	(685)
Dividendos a pagar	(1.451)	(1.451)	–	–
Outras contas a pagar	(1.431)	(1.431)	(72)	(72)
Total	4.581	4.581	(4.597)	(4.597)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

15 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025
Imposto de renda - corrente	(99)
Contribuição social - corrente	(55)
Total	(154)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Venda de energia	11.929
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%
Lucro presumido	954
Outras receitas não operacionais	57
Alíquota vigente	15%
Alíquota vigente IRPJ adicional	10%
Imposto de renda corrente	(99)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%
Lucro presumido	1.432
Outras receitas não operacionais	57
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(55)
Alíquota efetiva (%)	(1,8%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025
Saldos iniciais	—
Imposto de renda e contribuição social no exercício	154
Impostos pagos sobre o lucro	(3)
Compensações no exercício	(2)
Saldos finais	149

16 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, previdenciária, trabalhista e cível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.
